

Ética, cidadania e educação

Ethics, citizenship and education

*Christian de Paul de
Barchifontaine**

** Enfermeiro. Mestre em
Administração hospitalar e da
saúde. Professor no Programa de
Mestrado de Bioética. Membro da
Comissão Nacional de Ética em
Pesquisa (CONEP). Pesquisador do
Núcleo de Bioética e Membro do
Comitê de Ética em Pesquisa do
Centro Universitário São Camilo.
Atualmente, Reitor do Centro
Universitário São Camilo –
São Paulo – Brasil.*

RESUMO

Ressaltando a temática desta edição de *Cadernos* “Educação, qualidade de vida e realidade brasileira”, a questão da ética e da cidadania é de grande relevância. De fato, a educação e o educador fazem parte da sociedade cuja realidade está descrita sumariamente. Frente a esta realidade, o educador deve conduzir o processo educacional consciente de sua responsabilidade a respeito de cada pessoa que ele encontra, mas também consciente de sua responsabilidade cidadã que o obriga a refletir junto aos educandos sobre as mudanças para melhorar o cenário no qual vivemos. Concluímos sinteticamente com a seguinte afirmação: “O professor se liga à eternidade; ele nunca sabe onde cessa a sua influência”.

DESCRITORES

Ética, Cidadania, Educação

ABSTRACT

Emphasizing the thematic proposed by this issue of *Cadernos* “Education, quality of life and Brazilian reality”, the question of ethics and citizenship has a great relevance. In fact, education and educators are part of the society whose reality is briefly described. Before this reality, educators must conduct the educational process conscious of their responsibility regarding each person they meet, but also of their citizen responsibility, that compels them to reflect together with pupils on the changes needed to improve the scene in which we all live. Thus, the conclusion says everything: “Teachers bind to eternity; they never know where ceases their influence”.

KEYWORDS

Ethics, Citizenship, Education

“De todas as ciências que o homem pode e deve saber, a principal é a ciência de viver fazendo o mínimo de mal e o máximo possível de bem”.

Leon Tolstoi

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, cada vez mais, verifica-se uma cisão entre a pessoa e a comunidade social, de tal modo que as desgraças e as calamidades que atingem determinadas camadas sociais ou grupos de pessoas limitam-se a esses segmentos, enquanto os demais procuram ignorar não só as desgraças mas até mesmo, as próprias pessoas que foram atingidas.

De outro lado, a finitude física é uma certeza inegável e impossível de se compartilhar. Os filósofos dizem que cada um pertence à sua própria morte, não à dos outros. Adiar ao máximo o encontro com a morte foi o maior desafio da ciência. Se pouco a pouco o homem dominou a natureza, por que não alcançaria a imortalidade e se faria à imagem e semelhança de Deus? Os alquimistas, que na Idade Média perseguiram o elixir da longevidade, ficariam excitados se pudessem ver o cenário que inaugura o século XXI. Ao mesmo tempo fascinante e amedrontador.

Uma auscultação prospectiva inquietante se apresenta a respeito do legado que estamos deixando para as gerações vindouras. Começa-se a falar em justiça transgeracional! Como será o mundo neste século XXI? Que desafios enfrentaremos? Quais condições de vida, educação e saúde são almejadas? Estas são apenas algumas das interrogações emergentes!

Mas, entende-se que os grandes problemas da humanidade de hoje, mesmo sem rejeitar a grande contribuição que a ciência e a tecnologia podem dar para superar as condições de miséria e de deficiências dos diferentes gêneros, só podem ser resolvidos através da reconstrução da comunhão humana em todos os níveis através da solidariedade, entendida como a determinação firme e perseverante de empenhar-se para o bem comum, isto é, para o bem de todos e cada um, para que todos sejam verdadeiramente responsáveis de todos: a primazia da pessoa sobre o econômico. Eis um grande desafio para a educação.

MORAL — ÉTICA — BIOÉTICA

O advento da bioética muito contribuiu para estabelecer a distinção entre moral e ética.

MORAL diz respeito aos valores consagrados pelos usos e costumes de uma determinada sociedade. Valores morais são, pois, valores eleitos pela sociedade e que cada membro a ela pertencente recebe (digamos passivamente) e os respeita.

ÉTICA é um juízo de valores, é um processo ativo que vem de “dentro de cada um de nós para fora”, ao contrário de valores morais que vêm de “fora para dentro” de cada um. A ética exige um juízo, um julgamento, em suma, uma opção diante dos dilemas. Nesse processo de reflexão crítica, cada um de nós põe em jogo seu patrimônio genético, sua racionalidade, suas emoções e também, os valores morais.

BIOÉTICA é ética; não se pode dela esperar uma padronização de valores — ela exige uma reflexão sobre os mesmos, e como dito, implica opção. Ora, opção implica liberdade. Não há bioética sem liberdade, liberdade para se fazer opção, por mais “angustiante” que possa ser. O exercício da bioética exige pois liberdade e opção. E esse exercício deve ser realizado sem coação, sem coerção e sem preconceito. A bioética exige também humildade para se respeitar a divergência, e a grandeza para reformulação, quando ocorre a demonstração de ter equivocada a opção. Condição *sine qua non* exigida pela bioética, enquanto tal, diz respeito à visão pluralista e interdisciplinar dos dilemas éticos nas ciências da vida, da saúde e do meio ambiente. Ninguém é dono da verdade.

REALIDADE

A construção da democracia brasileira corre o sério risco de ser interrompida. Com a péssima distribuição de renda entre os brasileiros, o abismo entre ricos e pobres continua a crescer. O mundo ficou dividido entre incluídos e

excluídos. O Mercado, incontrolável, onipotente, onipresente, avança deixando muitas vítimas principalmente nos países pobres. O Mercado não tem compromissos com os povos, precisa apenas de consumidores e da subserviência da Mídia para alcançar os seus objetivos. A liberdade de expressão poderá não resistir à tamanha agressão.

Pós-modernidade

A pós-modernidade foi gerada na modernidade, assim como a Revolução Francesa o foi no Absolutismo e no Protestantismo; e a Revolução Russa, por sua vez, na Francesa. Desta forma, a Pós-modernidade representa, por um lado, uma ruptura com a modernidade; mas, por outro, uma simples continuação de um processo transformador que começou antes mesmo dessa Modernidade.

A pós-modernidade é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950).

A pós-modernidade ameaça encarnar hoje, estilos de vida e de filosofia nos quais se constrói uma idéia tida como arqui-sinistra: o niilismo, o nada, o vazio, a ausência de valores e de sentido para a vida. Mortos Deus e os grandes ideais do passado, a pessoa moderna valorizou a arte, a história, o desenvolvimento, a consciência social para se salvar! Dando adeus a essas ilusões, a pessoa pós-moderna já sabe que não existe céu nem sentido para a história, e assim se entrega ao presente e ao prazer, ao consumo e ao individualismo. Vejamos algumas características:

Uma nova Revolução?

Essa nova “Era histórica” pode ser entendida como uma nova revolução. Não uma Revolução à Francesa ou mesmo à Comunista, pois esta atual não afirma que seu ideal (se se pode falar em ideal!) é melhor do que os outros, mas que tudo é uma ilusão, não existe nem verdade, nem erro.

Concepção psicológica

A pós-modernidade não só afirma que a sociedade aprisiona as pessoas, impedindo-a de realizar todos os seus desejos e vontades, coibidos pelas regras morais, pelos valores sociais,

éticos e religiosos, mas a pessoa deve dar mais importância à sua sensibilidade do que à sua inteligência. O homem ou a mulher pós-moderno (a) vive a procura de sensações, da emoção sem limites. Seria como se a “inteligência” servisse para justificar a “vontade”. Esta, por sua vez, despertada pela busca de sentir algo que traga o máximo de emoções e o mínimo de dor. (Adrenalina, danças modernas etc).

Concepção religiosa

A essência das religiões passa a ser a busca de harmonia com a natureza e, de forma geral, com o “Pan” (Nova Era). As religiões deixam a doutrina (racional — teológico) de lado e se dirigem às emoções das pessoas. O objetivo deixa de ser a “Cruz” e a “salvação eterna”, como antigamente; agora, passa a ser a busca do prazer e da cura de alguma doença corporal: movimentos pentecostais, espiritismo, carismáticos, protestantes de diversas linhas...

Deus deixa de ser pessoal e exterior às pessoas, para se tornar imanente. Para “encontrar Deus”, devo buscá-lo no meu interior através da meditação (transpessoal, transcendental...) onde está a minha divindade. Em última análise, todas as pessoas fazem parte de “Deus”, todos fazem parte do “todo”, do “absoluto” (panteísmo).

Mentalidade imediatista

Sendo tudo relativo e ilusório, sem ideologia e ideais verdadeiros, apregou-se libertar os instintos reprimidos e deixar-se levar pela sensibilidade; a pós-modernidade forma uma mentalidade imediatista nas pessoas. Aproveita-se ao máximo o presente e não se preocupa com o que vem depois, que pode ser a morte. (Ecologia!).

Visão holística

A pós-modernidade é uma tendência universal, mas, mais do que isso, ela é fruto de uma visão que se proclama universal ou total (Holos=tudo). Para a holística, todos formam uma só realidade, o “Holos”, que é uma energia cósmica (Panteísmo e Monismo).

Segundo preceitua a gnose, dever-se-ia resgatar a idéia de comunidade, onde todos sejam iguais (para não haver restrições à liberdade, tanto física quanto moral) e exista uma consciência comunitária (fraterna) que perceba o “absoluto” (energia cósmica primeira e fonte de tudo) e não

o particular e o ilusório. Todos fazem parte de uma energia, de um “todo” (Holos) único, de uma grande massa de seres em evolução, rumo ao autoconhecimento, onde não exista uma divisão de trabalhos, especialização, pois tudo é um, e um é tudo. Deve haver um mundo de interação, do agir comunitário e não disperso em ilusões de uma “pseudo” civilização que impõe uma moral e um Deus superior. Um mundo sem sectarismo, de qualquer natureza, pois todos fazem parte de uma mesma realidade (Monismo).

Pacifismo consensual pós-moderno

Em não havendo pelo que lutar ou o que defender (tudo é relativo, até mesmo aquilo em que eu suponho acreditar), a pós-modernidade gera uma sociedade pacifista e consensual. Mas não um pacifismo dentro de um princípio superior a todos os homens, e sim um pacifismo onde todos não lutam pelo que acreditam, ou não acreditam no que lutam, pois toda ideologia é falsa. Ainda mais que, segundo a pós-modernidade, cada um tem uma verdade tão verdadeira quanto o outro, mesmo que sejam antagônicas. Todo conhecimento é subjetivo e pessoal por um lado, e “comunitário” e impessoal por outro, válido na medida em que serve para a construção da paz entre as pessoas, cada vez mais “iguais e livres”. Não há uma objetividade de juízo sobre os seres, logo, não há como lutar por coisas incertas, muito menos matar ou morrer por alguma coisa que não vale a pena. Eu não devo lutar pelo que acredito, pois, além de ser uma ilusão, é causa de divisões entre as pessoas, que devem tomar consciência de que são apenas um (Holos) e formam o “absoluto” espalhado em todas as coisas.

É bem conhecido o lema da pós-modernidade, do hippismo e da Revolução da Sorbonne (Paris, 1968): “Paz e Amor”. A paz em um nivelamento onde ninguém diga o que é certo, onde não existam normas de conduta, nem valores a serem seguidos, muito menos uma moral transcendente. O amor dentro de uma liberalização sem limites, sem fidelidade, sem compromisso.

Apatia política e crise do Estado

No campo político-social, a pós-modernidade se traduz por uma profunda apatia e desinteresse, explicado pela própria ausência de ideais, de verdades pelas quais lutar, de ideologias, de certezas e objetivos. Ao mesmo

tempo, a pós-modernidade possui uma outra característica incompatível com um projeto político, que é seu lado imediatista (programas políticos!); busca-se viver o momento sem se preocupar com o futuro, o que não deixa de ser um efeito da busca de emoções.

Soma-se a isso o fato de que o mundo moderno não conseguiu cumprir suas promessas, com o paradigma do crescimento econômico infinito, da erradicação das doenças e o prolongamento da vida, até a extinção da morte!

Civilização da imagem

Um exemplo: a televisão. A principal influência da televisão, todavia, não é apenas o conteúdo do que é transmitido, mas a maneira de transmitir. De forma geral, além de inverter as potencialidades da pessoa (inteligência, vontade e sensibilidade), a televisão tende a conferir a este uma visão “Holística” do mundo, de uma grande “aldeia global” (sem fronteiras). No mesmo instante o telespectador viaja do Japão à Inglaterra, passando pelo Rio de Janeiro.

Isso sem falar do que é óbvio, ou seja, que a televisão é hoje o educador de todos, transmitindo valores e, principalmente tendências, para todo um planeta. Se até a cor de um ambiente pode influenciar uma pessoa, qual não será a influência que a imagem televisiva exerce sobre seus teledependentes?

O próprio fato de a televisão enviar as mesmas imagens, tanto para o pobre como para o rico, tanto para a zona rural como para a urbana, gera uma tendência a eliminar as diversidades regionais, fazendo que todos tendam a ter os mesmos hábitos.

Como vimos, a pós-modernidade é um ecletismo, isto é, mistura várias tendências e estilos sob o mesmo nome. Não tem unidade.

Centralidade, primazia do econômico em detrimento do social

Para entender o alcance da força do neoliberalismo e do capitalismo, é necessário enfatizar a teoria econômica, a racionalidade econômica que está na base: reparamos que a teoria econômica é abstrata, seca, despersonalizada, sem envolvimento com o social. A racionalidade econômica reside basicamente nos indivíduos. O interesse próprio é a melhor forma econômica de amor ao próximo, já que “o interesse governa o mundo”. Interesse próprio, liberdade individual: não precisa de outros critérios. Todo o pensa-

mento econômico afirma que seria prejudicial à eficiência econômica a intromissão da moral, de valores sociais. Assim, torna-se estranho falar de eficiência social como condição significativa à eficiência econômica. Hoje, são os economistas que mais falam dos sacrifícios necessários para a salvação. Os economistas afirmam que fora do mercado não há salvação. Eles insistem sobre o fato de que só o mercado pode produzir eficazmente quantidades ilimitadas de bens de consumo que poderão satisfazer os desejos ilimitados de todos, e assim instalar o paraíso na terra. No sistema de mercado, toda produção é voltada para atender aos desejos dos consumidores, daqueles que não são excluídos porque podem e têm condições de consumir. O desejo é muito mais poderoso que a realidade. Desejar estar no mercado substitui o estar efetivamente nele. O desejo é internalizado, não há necessidade de maiores pressões: o desejo aderiu ao projeto. E para tanto, são necessários os sacrifícios humanos para a satisfação dos desejos dos mais aptos, dos eleitos, daqueles que conseguem trilhar o estreito caminho da competição e da eficácia. Hoje, o mercado está dando origem a uma forma moderna de religião, “a religião da mercadoria”, “a espiritualidade do mercado”, gerando uma imensa idolatria. O dogma central dessa religião é este: “O dinheiro tudo pode, move o céu e a terra”. A espiritualidade apresenta a tese de que a humanização se dá no e pelo consumo. Existem os templos dessa religião que são os bancos, com seus sacerdotes que são os banqueiros e os financistas que prestam o maior culto ao dinheiro; inclusive, os bancos têm os seus sacrários: os cofres-fortes. Existe também a romaria aos espaços mais carregados de significação que são os grandes *shoppings* e cidades de consumo como Miami, Paris... Então, exige-se uma fé irrestrita e uma confiança ilimitada no caráter benéfico da lógica econômica. Assim, conquistar é uma forma de servir.

O sistema econômico não propõe mais a inclusão de todos ao mercado, e sim reciclagem e diversificação da produção para provocar o consumo dos que estão no mercado. Os outros, os que sobram, são mantidos à distância, contornados, eventualmente assistidos até que desapareçam. Assim, existem os planos sociais de compensações como cestas básicas, programas escolares, “comunidade solidária”, assentamento de famílias sem-terra... que são direitos e não esmolas! É o desmanche social para enfraquecer os movimentos populares nas suas reivindicações políticas, econômicas e sociais.

O mercado não tem compromisso com os povos, com as pessoas.

CIDADANIA

Frente a essa realidade, pós-modernidade e centralidade da economia, precisamos lembrar a importância do exercício da cidadania e o papel do Estado, da Sociedade civil e do Mercado.

O Estado é a resultante da correlação de forças políticas, econômicas, sociais e culturais; é o conjunto de organizações e leis que regulamentam e permitem a vida de um país através de três poderes: legislativo, executivo, e judiciário. O Estado tem por finalidade promover o bem comum, respeitando os direitos e deveres de cada cidadão, e a sociedade civil. O bem comum é o conjunto de condições materiais, institucionais, culturais e morais necessárias para garantir a todos as possibilidades concretas de atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

A sociedade civil ou sociedade dos cidadãos, é a organização de pessoas humanas, de cidadãos, para defender interesses, direitos como religião, sexo, cor, idade e classes econômicas. A sociedade civil deve vigiar o Estado para que cumpra seu dever de atender às necessidades básicas da população.

O mercado é anterior à sociedade moderna; ele está associado à formação das cidades, cujo suprimento dependia de relações comerciais com produtores externos, notadamente camponeses. A sociedade de mercado surge no Ocidente a partir do século XVI. Agora, a produção não é mais regida pelas necessidades humanas, mas pelas necessidades do mercado. Precisamos resgatar o mercado como realidade humana. As relações de mercado são relações sociais que regem a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Tratando-se de relações sociais, o social, e não o individual, deveria ocupar a centralidade do mercado. Portanto, o mercado tem por finalidade atender as metas sociais, as necessidades básicas. Infelizmente, pela lei da oferta e demanda, o mercado produz o que se vai comprar (bens supérfluos) e se preocupa somente com as pessoas que têm dinheiro para fazê-lo, isto em função da ideologia vigente.

Todo compromisso na área da saúde, na nossa realidade, é desafiado a favorecer o processo de conquista da cidadania do povo. É importante compreender o que se entende por **Cidadania**. Esta é compreendida como o exer-

cício da plenitude dos direitos, como garantia da existência física e cultural e reconhecimento como ator social, por exemplo, participar dos Conselhos Municipais ou Estaduais de Saúde como lembraremos mais pela frente. A realização pessoal e comunitária de cada indivíduo é sempre considerada um valor acima do Estado e do Mercado. A inversão desta lógica implica encontrar um Mercado ou um Estado com caráter autoritário, coercitivo e absoluto. No centro de todo processo político tem de estar o cidadão. Mas, quem é o CIDADÃO? O cidadão é um indivíduo revestido de plenos direitos civis, políticos e sociais, e o indivíduo tem a obrigação de trabalhar pela proteção vigilante do Estado no usufruto dos direitos. Aprofundando os direitos, podemos afirmar a respeito de cada um:

- a) Direitos sociais: aqueles que o Estado tem por função e obrigação assegurar a todo cidadão — moradia, saúde, educação, lazer, trabalho, cultura...
- b) Direitos civis: os que dizem respeito ao indivíduo como a liberdade de reunião, de expressão, de escolha profissional, de pensamento, de locomoção...
- c) Direitos políticos; visam a liberdade de associação sindical, religiosa, partidária, de escolha dos governantes, de participação no poder público e na determinação da política do Estado.

PROFESSOR — EDUCADOR

Segundo o educador Ir. Clemente Ivo Juliatto (2003), o professor é aquela pessoa capaz de transmitir conhecimentos ou de facilitar o processo de aprendizagem. O educador, por sua vez, é aquele que, além de ser professor, transmite valores aos seus educandos. Isso implica, além da capacidade técnica e do preparo intelectual, um nível elevado de preparo humano. A diferença entre professor e educador corresponde à diferença que existe entre conhecimento e sabedoria. O conhecimento está na cabeça, enquanto a sabedoria é o conhecimento que passa pelo coração, que transforma e orienta a vida.

Para a nossa reflexão, vamos nos inspirar da aula inaugural do ano acadêmico de 2003, do Reitor da PUCPR, Ir. Clemente Ivo Juliatto, enfocando o professor-educador. Em função da finalidade da nossa reflexão “ética, cidadania e educação”, salientamos dois aspectos do professor/educador: o rosto humano do educador e a dimensão ética do educador.

O que a realidade na qual vivemos e o exercício da cidadania têm a dizer aos professores e educadores?

O rosto humano do Educador

A ciência da educação a transforma, muitas vezes, em algo extremamente técnico, árido e sem gosto. Pouco tem a ver com aquilo que deveria ser a principal tarefa educação. Roland Barthes diz: “Sapiência: nenhum poder, algum conhecimento e muito gosto”. Aliás, o verdadeiro saber tem tudo a ver com sabor. Cremos que a referência aqui feita à sabedoria poderia ser aplicada à educação, a qual, ultimamente, é tão carente de gosto. Aí está o motivo, talvez, porque não atraia os estudantes. Não é, pois, de estranhar a indiferença dos alunos, momentos de algazarra e, até, a debandada da sala de aula. Com alguma freqüência, os bares, os cafés e as cervejarias da esquina exercem mais atrativo do que as nossas aulas.

A Idade Média cunhou uma expressão para se referir aos professores, pedagogos ou tutores dos estudantes: “*In loco parentis*” (em lugar dos pais). A idéia contém um conceito profundamente verdadeiro: os pais são os legítimos educadores dos filhos e a escola é a continuação do lar. Os mestres e a escola são colaboradores, nunca substitutos. Estamos falando, naturalmente, dos aspectos propriamente educativos (valores) e não aos de transmissão de conhecimentos especializados. Cremos que se levássemos a sério esta expressão, nossa prática educativa seria mais eficiente, mais atraente e bem mais gratificante. Aliás, não é sem razão que os chineses criaram o provérbio: “Ser professor é ser pai para o resto da vida”. O grande educador Georges Gudsdorf (1987) escreveu:

“O professor é, pois, o berdeiro do pai. Surge como pai segundo o espírito, no momento em que o pai segundo a carne se revela para sempre incapaz de assumir as responsabilidades que a imaginação infantil lhe atribui”

É preciso re-encantar a educação, como afirma o educador Hugo Assmann. Mas, será isso possível? Estamos certos de que a experiência pessoal de cada um de nós, enquanto éramos estudantes, pode confirmá-lo. Quem não se lembra, ao menos, de um professor que possa ser considerado modelo do educador “*in loco parentis*”, do educador que marcou a nossa formação? “As pessoas, em geral, acreditam que verdade é ciência. O desafio para a educação é

reconhecer o sentimento da estética, o encantamento da religião e a ética como companheiros integrantes no processo de conhecer”. O mundo definido pelas ciências não exerce atração suficiente para motivar os estudantes a desenvolver seu pleno potencial. Assim, certos educadores marcam profundamente as pessoas e reforçam a nossa convicção de que o mestre é o verdadeiro artífice do futuro, pois ninguém pode delimitar até onde a sua influência avança. Eles também nos fazem acreditar ainda mais na educação e na possibilidade de “... reafirmar a exigência de uma cultura educacional verdadeiramente humanista”, como afirmou o Papa João Paulo II no seu discurso no Jubileu dos professores Universitários no ano de 2000.

A dimensão afetiva da educação

Não é novidade nenhuma refletir sobre os vínculos existentes entre afetividade e cognição. (Wechsler, 1998).

Já ouvimos tantas vezes que “só pode educar uma criança quem tem amor por ela”. Não sabemos, contudo, se a repetição dessa frase foi suficiente para nos fazer entender seu significado profundo. Esta expressão de Champanat, tão cara aos educadores maristas, encerra uma verdade fundamental: a educação é, antes de mais nada, uma obra de amor. Sem amor, podemos instruir, mas jamais educar. Sem amor, podemos fazer valer nossas idéias, mas jamais envolveremos os educandos com a força de nossos ideais. Sem amor, podemos ser mestres na ciência, jamais mestres na vida.

Esta verdade pedagógica é confirmada por bons autores. Goethe escreveu: “*Em toda parte, nós só aprendemos de quem amamos*”. O grande educador Pestalozzi chegou a dizer: “*A educação consiste em exemplo e amor — nada mais*”. Vejam que ele fala de educação, não de instrução. Estes pensamentos são sustentados também por Platão que já tinha observado que toda aprendizagem possui uma base emocional.

Devemos nos lembrar, porém, que só o amor não é suficiente para uma boa educação. A dimensão afetiva da educação é algo a ser profundamente considerado por nós. Não se trata apenas de reconhecer a importância da “inteligência emocional” ou das “habilidades afetivas”. Trata-se de convencer-nos de que precisamos “afetar” (atingir, sensibilizar) nossos educandos, quer dizer, tocá-los profundamente e deixar-nos tocar por eles. Deixamos falar o educador Paulo Freire:

“E o que dizer, mas sobretudo o que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber; o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano”. (Freire, 2001).

O verdadeiro educador é aquele que vai ao encontro de seus educandos, arremata Reale (1980).

O equilíbrio emocional

Freud nos ensinou que todos, em maior ou menor grau, somos neuróticos. Exagero ou não de sua parte, talvez tenha nos ajudado a dar mais importância à questão de nosso equilíbrio emocional.

Como educadores, o equilíbrio emocional é fator fundamental. Paciência, capacidade de escuta, capacidade de receber críticas, mansidão, tolerância, domínio do medo, domínio da irritação, bom humor são virtudes importantes que devem ser cultivadas por nós, educadores.

“O ato de educar não se resolve, de maneira alguma, em atos de comando. Iludem-se os professores agressivos, que se colocam num pedestal, e jogam lá em baixo os alunos...”. (Reale, 1980).

Estão errando tais professores porque se esquecem que os educandos, pela própria força vital de suas transformações internas e externas (referimos sobretudo aos adolescentes e jovens), estão em menor condição de manter-se equilibrados diante das atitudes desequilibradas de seus mestres. É mais fácil ao mestre do que ao aluno manter o equilíbrio emocional. Devemos ser os primeiros a dar o exemplo.

Não estamos advogando a atitude submissa, a frouxidão e, muito menos, a anarquia. Defendemos o equilíbrio emocional, ou seja, a capacidade de usar o sentimento de modo racional e de usar a razão de modo afetivo. Os romanos diziam sabiamente: “*In media virtus*” (A virtude está no meio e não nos extremos).

Segundo Carl Rogers, a tensão emocional pode acontecer entre grupos, indivíduos ou entre partes do próprio indivíduo devido a forças inconscientes. Conflitos intrapessoais traduzem-se por atitudes sociais rígidas, distorções na percepção, falta de comunicação, fechamento da personalidade às experiências de vida. O equilíbrio emocional está diretamente ligado ao nível de maturidade afetivo-emocional, à estrutura de personalidade e aos condicionamentos ambientais. Assim, muitos professores não têm condições psicológicas necessárias para um bom equilíbrio emocional, por serem personalidades comprometidas por conflitos não resolvidos, imatura ou ainda patológicas. (Mira, 2006).

Dentre as reações e atitudes características do professor bem equilibrado emocionalmente, poderíamos apontar, entre outras: segurança pessoal, atitudes não defensivas com os alunos, sensibilidade para problemas de interação e capacidade para resolvê-los, coerência de atitudes, estabilidade de humor, aceitação de si próprio e dos alunos, flexibilidade adaptativa às situações novas, comunicação direta e autêntica, relacionamento humano, autoconfiança, resistência às situações frustradoras, respeito a si próprio e aos outros, espontaneidade de ação, abertura para experiências, autocrítica, controle do seu envolvimento afetivo com os alunos, reconhecimento dos seus limites pessoais e potencialidades. (Mira, 2006).

A sensibilidade social do educador

A educação é processo inserido no contexto social. Então, para que seja eficiente e ganhe sentido, deverá servir a um projeto de sociedade. Nessa visão, a educação para a solidariedade é um componente indispensável da educação integral.

Embora tenhamos em nossos Centros educacionais e universitários lugar para todos, nossa atenção deve estar voltada para quem dela mais precisa. Isso não significa apenas dar atenção aos economicamente menos favorecidos, como fazemos em nossos variados programas de ação social, fora e dentro dos Centros educacionais e universitários. Os programas de bolsa de estudo e principalmente, os Projetos Comunitários são ações concretas desenvolvidas neste sentido. Significa, também, recuperar os alunos mais atrasados e entusiasmar os desmotivados. Existe um ditado hindu, que diz: “É quando o discípulo está pronto que o mestre aparece”. Com muita frequência, porém, em nossas salas

de aula, percebemos que é necessário ajudar a aprontar o discípulo, porque ele ainda não está pronto. O educador sabe que essa também é uma tarefa do mestre.

Além disso, devemos dar atenção aos pequenos e aos carentes de outros benefícios: os filhos sem pais, os filhos de pais separados, os filhos que caíram nas drogas e no vício, os filhos desesperançados e desiludidos, enfim os educandos que sofrem o influxo dos graves problemas sociais de nosso tempo, descritos na pós-Modernidade.

Portanto, a sensibilidade social do educador deve levá-lo a associar, em suas aulas, temas voltados para a solução dos problemas atuais da humanidade. O ensino e a pesquisa não são elementos socialmente neutros. Pelo contrário, estão profundamente implicados em questões sociais. No entanto, muitas vezes, a ciência e a educação colocam-se a serviço da manutenção das estruturas de injustiça, de imoralidade, de violência e de morte. Não podemos, como educadores, manter tal situação. Devemos educar com sentido amplo de responsabilidade social e de compromisso comunitário. Assim, o engenheiro de alimentos não vai apenas ensinar a técnica de separação de uma essência qualquer, e o nutricionista ensinar como preparar uma refeição balanceada, mas vão refletir também sobre como resolver o problema da fome, com a ajuda da ciência. O médico não vai apenas ensinar os procedimentos clínicos ou cirúrgicos, mas vai também refletir sobre as situações sociais que favorecem ou dificultam a qualidade de vida das pessoas. O jurista não vai apenas ensinar a interpretar os códigos e as leis, mas, além disso, vai mostrar como determinadas leis incidem diretamente nas questões sociais mais prementes. Assim, poderíamos dar exemplos diversos, em todas as áreas do conhecimento.

É fundamental estarmos conscientes de que a educação está a serviço da cultura da vida e não da cultura da morte. Ela, necessariamente, deve promover a construção de um mundo melhor para todos. Não estamos numa torre de marfim cultivando, metafisicamente e sem compromissos, altas reflexões acerca de nossas ciências. Galileo, um dos pais da ciência moderna, já estava convencido disso: “*Eu sustento que o papel da ciência é o de melhorar a existência humana*”. Estamos situados numa comunidade que espera de nós e de nossos educandos respostas concretas para os problemas do nosso tempo. Eis a importância da reflexão sobre o exercício da cidadania.

O educador como pessoa realizada: a questão fundamental do sentido da vida

Todos buscamos, em última instância, ser pessoas felizes. Para nós, educadores, muitas escolhas já foram feitas neste sentido: nos casamos ou não, tivemos filhos ou não, escolhemos esta ou aquela profissão, vivemos deste jeito ou daquele. Para os educandos, contudo, muitas dessas escolhas ainda estão por acontecer. Então, muitas vezes, somos vistos por eles como modelos, assim como os pais ou os irmãos mais velhos. Bem, o filósofo Max Scheler (1998) já mostrava a diferença que existe entre o líder e o modelo: basicamente, os dois são objeto de contemplação e de imitação. Enquanto, porém, o líder tem consciência de sua influência sobre o liderado e este tem consciência de ser influenciado, no caso do modelo isso nem sempre ocorre. Muitas vezes, somos modelo para os outros, sem nos darmos conta disso. Outras vezes, o nosso próprio admirador é quem não percebe que nos imita.

Neste sentido, nossos educandos deveriam encontrar em nós modelos que os inspirem, os motivem e que os animem. Mas, quantas vezes, não nos comportamos como modelo. Com nossas preocupações constantes, com nosso rigor impiedoso, com nosso humor irônico, provocamos mais repulsa do que atração. Não queremos dizer que devemos, a partir de hoje, ignorar o lado sério da vida e fazer de conta que tudo vai bem. Estamos, apenas, a insistir na necessidade de nos mostrarmos aos nossos educandos como pessoas realizadas e felizes, mesmo estando conscientes de que somos seres sempre incompletos e sempre a caminho.

Todos os professores devem ser inspirados pelos ideais acadêmicos e pelos princípios de uma vida autenticamente humana. Por isso, devemos cultivar o entusiasmo, porque ele arrasta muito mais do que o desânimo; devemos manifestar nossa esperança, porque ela contagia mais do que a desesperança; devemos dar mostras de nosso otimismo, porque ele é mais transformador do que o pessimismo; devemos procurar mais a alegria, porque ela educa mais do que a tristeza. Ser educador não tolera mais improvisação!

A DIMENSÃO ÉTICA DO EDUCADOR

O educador e a ética

Paulo Freire escreveu:

“Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando”. (Freire, 2001).

Não dá para pensar que a educação é uma tarefa eticamente neutra (Wolff, 1993). Pelo contrário, está carregada de valores: imprime valores e critica os falsos-valores.

Como educadores devemos sempre lembrar que *“a causa do homem só será servida se o conhecimento estiver unido à consciência”* (João Paulo II, 1998). A transmissão do conhecimento puro, como simples abstração, não é educação. E educação implica, necessariamente, valoração. Assim, não podemos apenas nos preocupar com a capacidade técnica do educador, mas, também, com sua postura ética. Entretanto, não podemos *“tomar como base de valores a própria atualidade”* (Congregação para a Educação Católica, 1997), pois o que hoje é apresentado como ‘valor’, pode bem ser, muitas vezes, um ‘contra-valor’. Podemos citar, de passagem, a justificativa da violência, a idolatria do poder, o culto do hedonismo, a esperteza malandra, o querer levar vantagem em tudo, tão praticados e até defendidos.

Nenhum plano educacional pode prescindir da idéia do que o homem deve ser. Portanto, não podemos pensar em um novo projeto pedagógico destituído de uma base ética. Não podemos pensar a atuação docente somente em termos metodológicos: a educação integral exige, necessariamente, a educação da consciência.

Também a pesquisa, iluminada por esta dimensão ética, que a enriquece, torna-se merecedora de atenção especial. Devemos nos lembrar de que *“a consciência dos limites da ciência, na consideração das exigências morais, não é obscurantismo, mas salvaguarda de uma pesquisa digna do homem ao serviço da vida”* (João Paulo II).

O educador e o problema da verdade

O educador não trabalha com conhecimento definitivo, acabado, pronto. Já vimos que a

natureza específica do conhecimento científico mostra a sua provisoriedade. Desse modo, compreendemos a relatividade das teorias científicas, ao contrário do caráter não-relativo da própria verdade, uma vez que *“a verdade nunca pode estar limitada a um tempo, nem a uma cultura; é conhecida na história, mas supera a própria história”* (João Paulo II, 1990).

Assim, as exigências éticas da educação nos obrigam a estar constantemente, como homens e mulheres de ciência, em busca da verdade: *“a ciência ultrapassa os limites que a reduzem a um mero processo funcional e pragmático, para reencontrar a sua dignidade de investigação ao serviço do homem na sua verdade total”* (João Paulo II, 2000).

Não podemos omitir a responsabilidade da União Social Camiliana e de seus educadores em relação à verdade, pois *“a missão fundamental de uma Universidade ou Centros educacionais é a procura contínua da verdade, a conservação e a comunicação do saber para o bem da sociedade”* (João Paulo II, 1990).

O educador e o problema da justiça

Tanto quanto a verdade, a justiça deve ser uma atitude a ser constantemente buscada e construída nas relações educativas. Não é preciso que o professor discorra sobre a justiça se, com seus alunos, for modelo de pessoa justa. Esse exemplo pode ser dado nas situações mais simples do cotidiano escolar: seja na forma como avalia a produção do aluno, estabelecendo critérios claros e “justos” e evitando parcialidades; seja na solução dos conflitos surgidos em sala de aula, entre alunos ou entre os alunos e o próprio professor; seja na forma gentil de reconhecer o empenho dos estudantes; seja na atitude firme de exigir comprometimento e adesão dos estudantes; seja na maneira paternal de corrigir e aconselhar.

Como espaço privilegiado de educação, nos Centros educacionais e no ambiente universitário deve reinar um clima de justiça, de igualdade, de respeito por aquilo que é devido ao outro. Sem isso, nossa educação poderá ficar comprometida.

O educador e o problema do bem

No coração de uma “sociedade permissiva”, encontramos jovens desiludidos, cansados de procurar refúgio naquilo que só consegue acrescentar insatisfação. O educador não pode

ficar indiferente. A atitude a ser tomada deve ser, além da escuta, mostrar a nossa intenção de caminhar com eles. Pode ser apenas uma palavra, uma oportunidade criada, uma chance dada. Mas, acima de tudo, importa o exemplo. Não podemos cair no farisaísmo da expressão “Faça o que eu falo e não faça o que eu faço”. Os educandos precisam de referenciais positivos: o educador deve ser um deles (talvez o mais significativo, depois do ambiente familiar). A esse respeito, lembramos a expressão firme de um ex-reitor da PUCPR, Euro Brandão: *“as palavras serão vãs se o aluno não perceber, na vida do mestre, dentro e fora da Universidade, o exemplo que arrasta”*.

Para tornar-se esse referencial, é preciso ter um critério claro do que seja o bem. Não se pode educar quando não se sabe para onde caminhar. O relativismo ético de nosso tempo pode impedir a correta orientação de nossos passos. Precisamos sempre estar preocupados em encontrar respostas à “pergunta quanto ao bem” que os estudantes, necessariamente, se fazem, pautando estas respostas nos valores que garantem a construção de um novo humanismo.

CONCLUINDO

“O professor se liga à eternidade; ele nunca sabe onde cessa a sua influência”. (Henry Adams)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **O agente de pastoral e a saúde do povo**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Escola Católica no limiar do 3º milênio**, n. 10, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GUDSDORF, Georges. **Professores para quê?** Para uma pedagogia da pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Fides et Ratio**, n. 95, 1998.

JOÃO PAULO II. **Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae**, n. 18, 1990.

JOÃO PAULO II. **Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae**, n. 30, 1990.

JOÃO PAULO II. **Discurso no Jubileu dos Professores Universitários**, 9 de set. 2000.

JOÃO PAULO II. **Homília no Jubileu dos Professores Universitários**, 10 de set. 2000.

JULIATTO, Clemente Ivo. **O professor educador**: aula inaugural do ano acadêmico de 2003. Curitiba: PUCPR, 2003.

MIRA, Maria Helena Novais. **Condições emocionais para o exercício do magistério**. Disponível em: <http://www.mundopsi.psc.br/condicoes.html>. Acesso em jan. 2003.

PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas atuais de bioética**. 7.ed.

São Paulo: Loyola; Centro Universitário São Camilo, 2005.

REALE, Miguel. **O homem e seus horizontes**. São Paulo: Convívio, 1980.

SCHELER, Max. **Modelos e Líderes**. Curitiba: Champagnat, 1998.

WECHSLER, M.P.F. **Relações entre afetividade e cognição**: de Moreno a Piaget. São Paulo: Annablume, 1998.

WOLFF, Paul. **O ideal da universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

*Recebido em 29 de março de 2006
Aprovado em 27 de abril de 2006*